



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 28/2026

Período: 08/08/2026 a 14/08/2026

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Levantamento mostrou concentração de emendas parlamentares do senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro nas áreas de defesa e segurança pública
- 2- Coronel da reserva é condenado em primeira instância da Justiça Militar pela publicação de livro que critica o Exército
- 3- Novo texto da certidão de óbito de Juscelino Kubitschek foi apresentado em evento na Câmara Municipal de São Paulo
- 4- Impasse entre o Exército Brasileiro e o Ministério do Esporte deixam arenas dos Jogos Olímpicos Rio-2016 fechadas
- 5- Força Aérea Brasileira concluiu relatório sobre acidente aéreo de 2024
- 6- Colunista opinou sobre a defesa nacional brasileira

1- Levantamento mostrou concentração de emendas parlamentares do senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro nas áreas de defesa e segurança pública

Conforme o levantamento de dados do periódico *Folha de S. Paulo* por meio da plataforma de transparência Siga Brasil, o senador e candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), concentrou suas emendas parlamentares nas áreas de defesa nacional e segurança pública. Eleito senador em 2018, cujo mandato iniciou-se em 2019, Flávio Bolsonaro já destinou R\$364 milhões em emendas parlamentares desde 2020, cujos valores estão corrigidos pela inflação. Deste montante, 21,8% (R\$79,5 milhões) foram alocados para defesa nacional, tornando-se o maior senador que enviou emendas para a área, enquanto 19,4% (R\$70,9 milhões) foram destinados à segurança pública. Em relação à saúde, o presidencialista designou 50,8% (R\$185,5 milhões) das emendas para o setor, apenas 0,8% acima da obrigação legal, ao passo que a educação representou 0,8% (R\$2,9 milhões). Outras áreas como habitação, agricultura, ciência e tecnologia foram ignoradas pelo político. Importante ressaltar que a pesquisa considera o valor que foi destinado a determinado setor, respeitando a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% para a saúde, e desconsidera os repasses efetivamente pagos, pois depende do governo. Nesse sentido, o valor total em emendas de Flávio Bolsonaro foi autorizado pelo orçamento do governo federal, dos quais R\$245 milhões foram pagos e R\$75 milhões aguardam pagamento. Em campanha à Presidência da República, Flávio Bolsonaro declara que tem como prioridade a segurança pública, tendo adiantado propostas relativas ao tema. Os repasses para a segurança pública foram voltados para financiar

programas de combate à corrupção e violência, crime organizado e ações de cidadania. Já as emendas para a defesa nacional focaram a “estruturação e modernização das unidades de saúde das Forças Armadas, à administração de unidades militares e adequação de ativos de infraestrutura das organizações militares”, segundo o Siga Brasil. Procurado pelo jornal, Flávio Bolsonaro informou que aloca os recursos, prioritariamente, a regiões de situação mais precária, decorrente, segundo ele, da má administração e da falta de eficiência do governo federal. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagem sobre o plano de governo de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Algumas destas propostas são: declarar facções criminosas como organizações narcoterroristas, redução da maioria penal de até 14 anos em casos graves e 16 anos para os demais e a construção de cinco novos presídios de segurança máxima, adotando o modelo de Nayib Bukele, presidente de El Salvador. Já direcionado às Forças Armadas, o candidato à presidência pretende criar um Sistema Nacional de Fronteiras, em que militares estarão fortemente armados ao longo das fronteiras do país. Além disso, o Partido Liberal pretende utilizar militares para monitorar, de forma permanente, os aeroportos e portos brasileiros. (Folha de S. Paulo - Política - 08/08/26; O Estado de S. Paulo – Política – 14/08/26)

2- Coronel da reserva é condenado em primeira instância da Justiça Militar pela publicação de livro que critica o Exército

Conforme o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 06/08/2026, o coronel da reserva Rubens Pierrotti Jr. foi condenado pela Justiça Militar em processo que o acusa de crítica indevida e de ofensa às Forças Armadas devido à publicação do livro “Diários da Caserna: Dossiê Smart: A História que o Exército Quer Riscar” e de declarações em entrevistas para divulgá-lo. O Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, primeira instância da Justiça Militar da União, o condenou por 4 votos a 1. Embora tenha sido absolvido das duas acusações pelo juiz federal que presidiu a sessão, com base nos artigos 166 e 219 do Código Penal Militar, os quatro generais de brigada que compõem a corte votaram a favor da condenação. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o artigo 166 trata de “crimes contra a autoridade ou disciplina militar, insubordinação, publicação ou crítica indevida” enquanto o artigo 219 versa sobre crimes contra a honra e ofensa às forças armadas. Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o juiz federal Jorge Marcolino dos Santos, responsável por presidir o julgamento e que votou pela absolvição de Pierrotti, apontou que a aplicação do artigo 166 não seria aceitável, já que o acusado está como oficial da reserva e não da ativa, e não houve demonstração suficiente do dolo para a configuração do crime. Enquanto em relação ao artigo 219, o magistrado afirmou que não foi comprovado que o acusado soubesse que as informações divulgadas fossem falsas ou que ele tivesse agido com a intenção de ofender as Forças Armadas. Conforme informado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em razão da penalidade ser mínima, inferior a 2 anos, foi concedido a Pierrotti sua suspensão condicional em troca do cumprimento de uma série de requisitos. O coronel vai recorrer da decisão no Superior Tribunal Militar (STM) e, em caso de derrota, está determinado a levar o processo para o Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, o militar responde ao Conselho de Justificação, procedimento administrativo do Exército, estabelecido por determinação do comandante da corporação, general Tomás Ribeiro Paiva. No

dia 07/08/2026, o coronel participou de um interrogatório e o processo está em fase de instrução. Caso seja condenado, Pierrotti será declarado indigno do oficialato e terá seus proventos cassados. Lançado em 2024, o romance retrata histórias reais, substituindo apenas os nomes dos personagens. Nele, são feitas denúncias contra a cúpula da instituição e contra oficiais, sobretudo Hamilton Mourão, ex-vice presidente e hoje senador (Republicanos-RS). Pierrotti acusa seus pares de consentirem irregularidades na compra de um simulador de apoio de fogo da empresa espanhola Tecnobit no valor de 13,98 milhões de euros (equivalente a R\$82,2 milhões no câmbio atual). Em investigação, a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) indicou diversas irregularidades durante o processo; porém, o Ministério Público Militar (MPM) arquivou a denúncia em 2021. Em entrevistas de divulgação do livro, o coronel criticou a conduta do Exército na trama golpista e afirmou que a tentativa de golpe de Estado coordenada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) não prosseguiu por “inépcia dos próprios militares”. Em relação ao STM, Pierrotti declarou que a instituição produz pouco e gasta muito dinheiro. Por fim, o advogado do militar alegou que a decisão da Justiça Militar é uma afronta ao judiciário brasileiro, que condenou militares pela trama golpista por fatos apenas repetidos pelo seu cliente, concluindo que se trata de “mais um caso de descolamento total da Justiça Militar com a Constituição e a realidade”. Procurado pelo jornal, o Exército não comentou nem a decisão nem o processo no Conselho de Justificação. (Correio Braziliense - Sociedade - 09/08/26; Folha de S. Paulo - Política - 08/08/26; O Estado de S. Paulo - Política - 14/08/26)

3- Novo texto da certidão de óbito de Juscelino Kubitschek foi apresentado em evento na Câmara Municipal de São Paulo

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou que o evento na Câmara Municipal de São Paulo chamado "50 anos Sem JK: O Resgate da Verdade Histórica", previsto para 10/08/2026, reuniria acadêmicos, especialistas e autoridades para a apresentação do novo texto da certidão de óbito de Juscelino Kubitschek. A nova redação do texto altera a causa da sua morte de um acidente de carro para uma morte causada pela ditadura militar. Ou seja, a nova causa está registrada como "não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964". (Folha de S. Paulo - Política - 12/08/26)

4- Impasse entre o Exército Brasileiro e o Ministério do Esporte deixa arenas dos Jogos Olímpicos Rio-2016 fechadas

De acordo com a reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, duas arenas utilizadas nos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro se encontram fechadas por conta de um impasse em relação aos gastos sobre a manutenção dos locais, envolvendo o Exército Brasileiro e o Ministério do Esporte. Os locais afetados são a Arena Coronel Wenceslau Malta, que sediou partidas de esgrima, basquete feminino e pentatlo moderno durante os Jogos Olímpicos, e o Centro de Hóquei sobre Grama. Além disso, o impasse também afetou o acesso ao Centro Militar de Tiro Esportivo, onde apenas militares estão autorizados a treinar. De acordo com o Ministério do Esporte, as partes envolvidas avançaram

na tratativa para formalizar um novo Termo de Cooperação Técnica. A pasta também informou que o acordo em construção prevê que, a partir do próximo ano, o Exército Brasileiro terá uma previsão orçamentária para a manutenção dos espaços. O Exército informou que os espaços permanecem fechados para atividades e competições civis, seguindo as normas e procedimentos de segurança vigentes. O início do impasse ocorreu em 2025, quando os órgãos não renovaram o acordo de cooperação para a manutenção dos espaços e equipamentos olímpicos. O acordo previa o repasse de verbas do Ministério do Esporte no valor de R\$40 milhões por ano para o Exército manter as instalações, que ocupam áreas militares. Além disso, as instalações precisavam de reparos na construção, situação que foi resolvida por um acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro que assumiu os gastos. Patrícia Boos, presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama, afirmou que esse impasse está impedindo o uso da arena para eventos e treinamentos da seleção brasileira, que hoje utiliza os campos de treinamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já Jodson Edington, presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, afirmou que com a interrupção do acordo, os atletas estão treinando em clubes próximos ou em suas cidades, porém o Centro Militar de Treino Esportivo é o melhor complexo para treinos e competições da modalidade. (Folha de S. Paulo – Esporte – 09/03/26)

5- Força Aérea Brasileira concluiu relatório sobre acidente aéreo de 2024

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) concluiu o relatório sobre o acidente da Voepass ocorrido em 2024 e apontou para "diversas fragilidades de manutenção". O relatório apresentado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) sobre a queda do ATR 72-500 da Voepass, em Vinhedo, no estado de São Paulo, desencadeou no indiciamento de 16 funcionários e ex-funcionários da empresa e colocou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) no centro das críticas, fazendo com que a credibilidade do órgão fosse questionada. De acordo com as investigações, foi uma falha no sistema de degelo das asas do avião que causou a queda da aeronave, causando a morte de 62 pessoas. De acordo com o Cenipa, as potenciais falhas na Anac apontam para que haja uma melhoria nos procedimentos fiscalizatórios. (O Estado de S. Paulo – Brasil – 14/08/26; O Estado de S. Paulo – Opinião – 14/08/26)

6- Colunista opinou sobre a defesa nacional brasileira

Em coluna opinativa no jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Fernando Gabeira refletiu sobre a questão da defesa nacional brasileira. Para ele, ainda há tempo para fortalecer a defesa nacional ao ponto de que seja possível impedir uma invasão, mas para isso é necessário que haja investimentos pesados em áreas como drones e mísseis. Gabeira pontuou que embora o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha mudado sua retórica em relação aos gastos com a defesa, o dinheiro necessário para os projetos ainda não "apareceu". O jornalista reforçou a necessidade de compreender a urgência e a amplitude em torno das condições para que o país possa se defender e apontou como a defesa nacional ainda é colocada como exclusividade dos militares, quando na verdade deveria ir além da estrutura profissional e dos soldados, mas

também contar com a sociedade e o aparato econômico das entidades nacionais. O jornalista reforçou que atualmente não basta ter apenas as Forças Armadas, pois é necessário discutir sobre esse tema e entender a eficácia de suas tropas. (O Estado de S. Paulo – Colunas – 14/08/26)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Julia Helena Esmeraldo

Marcela Furlan de Cena

Equipe redação

Ashilley Arielle Pereira

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Estevão Alves Sousa Assunção Aragão

Fernanda Gonzaga Fabrício

Giovanna Pereira dos Santos

Isabela Lopes Banfada da Silva

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Luisa Rajczuk Quege (bolsista PIBEX)

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza Garcia Rabelo

Nicole da Silva Ribeiro

Nicole Souza Aguiar

Pedro Levi Negromonte de Lima

Vitória Cristina de Assunção Alves Bonfim